

CLIPPING IMPRESSO

05/04/2022



INDICE

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL O DEBATE.....	1 - 2
1.2. JORNAL O PROGRESSO.....	3 - 4

**Corregedoria do Judiciário
recebe demandas de
movimentos sociais por moradia**

Pag. 6

DIREITO À MORADIA

Corregedoria do Judiciário recebe demandas de movimentos sociais por moradia

Questões de interesse dos movimentos sociais por moradia no Maranhão foram discutidas nesta quinta-feira, 31 de março, em reunião virtual do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, com representantes da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH); Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Maranhão (FETAEMA); Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A reunião foi solicitada pelas entidades, com o objetivo de discutir os efeitos práticos da decisão (ADPF 818), do ministro Luis Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu, até julho deste ano, as ações judiciais de despejo coletivo de pessoas sem-teto durante a pandemia de coronavírus.

Luis Câmara Pedrosa (SM-



DDH) alertou que o Maranhão tem os piores indicadores de violência no campo e elogiou os avanços obtidos pelo Judiciário, como a criação da Vara Agrária, a implantação de projetos de regularização fundiária urbana, com capacitação de servidores municipais beneficiados e a aproximação da Justiça com os movimentos sociais – iniciativas da gestão da CGJ-MA, nos últimos dois

anos.

O advogado manifestou preocupação com o funcionamento da Vara Agrária, que tem jurisdição estadual, enquanto o promotor agrário tem competência de atuar apenas na Ilha de São Luís e foi informado, pelo corregedor da Justiça, que o assunto já foi levado ao conhecimento da Procuradoria Geral da Justiça do Maranhão.

Aldenir Gomes da Silva

(MST), falou da necessidade de acompanhar a aplicação da decisão do STF nas ações judiciais nas comarcas do interior do Maranhão, que afetam famílias em situação de vulnerabilidade, durante a crise sanitária. “O nosso intuito, sobre a ADPF, é que, de fato, no Maranhão, a gente pudesse garantir a (sua) aplicação, dialogando com os movimentos sociais”, disse.

CGJ-MA acompanha serviços dos cartórios

Divulgação: CGJ-MA



Corregedor confere serviços em cartório

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, se encontra na Região Tocantina, onde conhece além dos serviços judiciais, as instalações dos cartórios, conversa com delegatários e funcionários sobre o funcionamento dos serviços extrajudiciais de acordo com as normas de integridade e verifica as condições do atendimento prestado ao público.

A série de visitas realizadas pelo corregedor do Judiciário começou no dia 15 de março, pelos cartórios da capital. Acompanhado da coordenadora das serventias da CGJ-MA, Jaciara Monteiro, o desembargador consulta os livros obrigatórios dos cartóri-

os; verifica o atendimento às normas estabelecidas pela Corregedoria e Conselho Nacional de Justiça e a integridade dos serviços, quanto aos registros, guarda de documentos e livros obrigatórios.

Em São Luís, o corregedor já percorreu o 1º, o 3º e o 5º Tabelionato de Notas; o 2º Tabelionato de Protesto; o 2º Ofício de Registro Títulos e Pessoas Jurídicas; e o 2º Zona de Registro de Imóveis.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

As visitas têm o objetivo não apenas de fiscalização dos atos cartorários, mas de supervisão, orientação e apoio aos trabalhos realizados pelos

delegatários responsáveis pelos cartórios. Um dos focos da gestão é a modernização dos serviços cartoriais, com a transformação digital dos serviços, com o objetivo de proporcionar mais segurança aos serviços extrajudiciais.

“Identificamos que os cartórios novos já estão 100% digitalizados e os antigos precisam também ingressar nessa nova era digital. A transformação dos serviços digitais do serviço extrajudicial é fundamental para a melhoria da qualidade dos serviços e acessibilidade do cidadão e o Conselho Nacional de Justiça tem cobrado isso das corregedorias”, disse o corregedor.

O corregedor da Justiça

implantou um Programa de Compliance na gestão do órgão, que foi estendido ao serviço extrajudicial e tem cobrado essa postura de integridade dos serventuários. “Quem procura um cartório quer segurança nos seus atos. E é isso que o cartório tem de fornecer. E não é possível se trabalhar numa atmosfera de segurança e integridade sem o avanço tecnológico”.

INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Enquanto isso, mais duas equipes da CGJ-MA, coordenadas por juízes auxiliares do órgão, realizam inspeções extrajudiciais nos cartórios do interior do Estado, seguindo

programação prevista pelo órgão, conforme a Portaria 448/2022.

As inspeções começaram dia 28 de março, pelos cartórios 1º, 2º e 3º Ofícios de Caxias e 2º Ofício de Coelho Neto (28/03 a 1º/04) e seguiram pelos cartórios do 5º Tabelionato de Notas de São Luís (25/03), 1º, 2º e 3º Ofício de Timon (28 a 31/03).

Dentre outros itens, a inspeção verifica a existência de todos os livros obrigatórios, sua nomeação e numeração sequencial, escrituração cirreta, cumprimento da lei de custas e emolumentos e, o saneamento das possíveis irregularidades detectadas na última inspeção.

As inspeções extraordinárias são realizadas em cumprimento presididas pelos juízes Anderson Sobral e Sônia Amaral com o auxílio de servidores da Divisão de Correições e Inspeções: Klayton Nishiwaki; Vitória Colvara; Thiago Bogéa; Eliana Ferreira, José Raimundo Oliveira, Alice Matos e Cláudia Katherine. (*Asscom CGJ*)